

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Subsecretaria de Regulação em Saúde****Nota Técnica nº 4/SES/SUBREG/2020****PROCESSO Nº 1320.01.0077384/2020-13**

**ASSUNTO:** ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE CADASTRAMENTO DE LEITOS NO CNES E SUSFÁCILMG, REGISTRO DA PRODUÇÃO HOSPITALAR E PAGAMENTO DOS ATENDIMENTOS RELACIONADOS AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE COVID-19

**INTERESSADOS:** UNIDADES REGIONAIS DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E PRESTADORES DE SERVIÇOS HOSPITALARES

**LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS:**

- Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- Decreto Estadual NEº 113, de 12 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 - Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);
- Portaria nº 395, de 16 de março de 2020, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19;
- Portaria nº 237, de 18 de março de 2020 (\*), que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;
- Portaria nº 245, de 24 de março de 2020 (\*), que inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção COVID-19 e altera o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) para permitir o registro de ações relativas ao enfrentamento da COVID-19;
- Portaria nº 568, de 26 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;
- a Portaria nº 1.393, de 21 de maio de 2020, que dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19;
- a Portaria nº 1.448, de 29 de maio de 2020 (\*), que dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020;
- Portaria nº 1.521, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;
- Portaria nº 1.514, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19;
- Portaria nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimento de diária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;
- Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.143, de 03 de abril de 2020, que aprova o Edital para credenciamento excepcional de Leitos de UTI Adulto e Pediátrico, destinados à prestação de serviços de saúde no contexto de enfrentamento ao Coronavírus – COVID-19, no âmbito do SUS/MG;
- Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.179, de 03 de julho de 2020, que aprova a alteração e prorrogação do Edital para credenciamento excepcional de Leitos de UTI Adulto e Pediátrico COVID - 19, de que trata a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.143, de 04 de abril de 2020;
- a Resolução SES nº 7.130, 17 de junho de 2020, que autoriza a transferência de recursos, a título de auxílio financeiro emergencial, aos prestadores sob gestão estadual contemplados na Portaria GM/MS 1.393, de 21 de maio de 2020 e Portaria GM/MS 1.494, de 29 de maio de 2020;
- a Resolução SES nº 7.154, 14 de julho de 2020, que altera a Resolução SES/MG nº 7.130, de 17 de junho de 2020, que autoriza a transferência de recursos, a título de auxílio financeiro emergencial, aos prestadores sob gestão estadual contemplados na Portaria GM/MS 1.393, de 21 de maio de 2020 e Portaria GM/MS 1.448, de 29 de maio de 2020;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.186, de 17 de julho de 2020, que aprova a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 395, de 16 de março de 2020 e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 7.160, de 17 de julho de 2020, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 395, de 16 de março de 2020;
- Nota Informativa nº 88/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS, de 13 de abril de 2020, que apresenta perguntas e respostas sobre a PORTARIA nº 568, DE 26 DE MARÇO DE 2020 que trata da Habilitação temporária de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - Adulto e Pediátrica para atendimento exclusivo dos pacientes com a COVID-19;
- Nota Informativa nº 190/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS (Revisada), que visa elucidar questões relacionadas a: (i) leitos clínicos COVID/SRAG; (ii) habilitação de leitos de UTI; e (iii) Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP) para SRAG/COVID-19;
- Nota Informativa SES/SUBPAS-SRAS nº 1.231/2020 que trata da reclassificação de "Leitos de UTI" para "Leito de UTI COVID-19";
- Nota Informativa SES/SUBPAS-SRAS nº 1.124/2020 (disponível no processo SEI nº 1320.01.0042243/2020-63) que trata das portarias ministeriais vinculadas a COVID-19;
- Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar (SIH) do SUS. Ministério da Saúde, 2017;
- RDC nº 07/2010/ANVISA, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências
- Planos de Contingência Macrorregionais.

**1 – CADASTRO DOS LEITOS DE UTI TIPO II (ADULTO OU PEDIÁTRICO) COVID-19 NO SISTEMA CNES/DATASUS**

As questões pertinentes à instalação física e funcionamento dos leitos de Terapia Intensiva (exclusivos ou não) são definidas pela RDC nº 07/2010/ANVISA, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

**1.1 - Leitos novos e equipamentos**

O cadastro no CNES dos leitos de UTI destinados ao atendimento dos casos de coronavírus se aplica somente às novas estruturas recém instaladas, tidas como temporárias. Dessa forma, os referidos leitos deverão ser registrados inicialmente no sistema como "LEITOS EXISTENTES", sob o código UTI II ADULTO ou PEDIÁTRICA - SINDROME RESPIRATORIA AGUDA GRAVE (SRAG) - COVID-19. Em posterior, em consonância com os Planos de Contingência Macrorregionais e de acordo com os critérios e a discricionariedade do Ministério da Saúde/SUS, os leitos novos que estiverem cadastrados serão alterados para "LEITOS SUS", após a publicação das portarias de habilitação.

Importante: A habilitação será temporária, não o cadastro. Este deverá ser excluído pelo gestor quando findar a habilitação.

Para o cadastro de leitos novos/temporários de UTI no CNES segue-se o fluxo de rotina, a seguir:

**1.1.1 – Responsabilidades do estabelecimento**

Para solicitação de atualização das informações referente ao cadastro de leitos, o estabelecimento de saúde deve preencher a FCES Ficha 19\_Leitos, informando a quantidade de leitos existentes e a quantidade de leitos SUS por especialidade.

Para solicitação da atualização das informações referente aos equipamentos é necessário o preenchimento da FCES Ficha 13\_Equipamentos e suas continuações, informando a quantidade existente e em uso, e se SUS (sim ou não), por tipo de equipamento. Deverão ser ajustadas as instalações físicas que tiveram suas atividades redirecionadas e o registro dos novos equipamentos, com foco redobrado nos equipamentos de Manutenção da Vida, tais como Ventiladores/Respiradores em uso, entre outros equipamentos necessários de suporte dos leitos registrados.

O estabelecimento deve encaminhar as fichas devidamente preenchidas, constando as assinaturas originais e carimbos do Cadastrador do Estabelecimento (responsável pelo preenchimento da FCES) e do Diretor da Unidade, para a Secretaria Municipal de Saúde (se prestador sob gestão municipal) ou para a Unidade Regional de Saúde (se prestador sob gestão da SES/MG).

É essencial que se observe o fluxo emergencial definido para o período da pandemia de COVID-19, em que se deverá informar à Vigilância Sanitária da SES/MG todos os novos leitos inseridos no sistema CNES, para providências posteriores.

Observação:

A quantidade de leitos complementares SUS e equipamentos será atualizada/apresentada no site do CNES somente após a marcação da habilitação pela CGSI/DRAC/SAES/MS (conforme publicação de portaria no Diário Oficial da União), além da atualização do arquivo "Gestor Federal" e envio à base nacional pelo gestor/usuário na base local.

**1.1.2 – Responsabilidade do gestor**

O ente que detém a gestão do prestador é responsável por receber as fichas preenchidas e assinadas e realizar a conferência dos dados informados.

As informações devem ser inseridas no sistema local do SCNES pelo técnico responsável, consistidas e exportadas gerando um arquivo da extensão .bck.

A alimentação da base nacional dar-se-á através das Unidades Regionais de Saúde e dos municípios, responsáveis por transmitir o arquivo para o DATASUS/CNES (SMS) ou DPMR/SCP/SUBREG (Unidade Regional de Saúde), para atualização na base de dados federal.

**1.2 – Leitos pré-existent**

O processo de requalificação dos leitos será realizado conforme orientações das Notas Informativas Nº 190/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS e SES/SUBPAS-SRAS 1231/2020.

Assim, no caso de leitos existentes, mas requalificados (ou seja, desabilitados e habilitados temporariamente na modalidade SRAG/COVID-19), a alteração no CNES será realizada pelo Ministério da Saúde, após publicação de portaria de desabilitação e nova habilitação.

**2 – INCLUSÃO DOS LEITOS DE UTI TIPO II (ADULTO OU PEDIÁTRICO) COVID-19 NO SISTEMA SUSfácilMG**

Será permitido a qualquer hospital do estado de Minas Gerais, SUS ou NÃO SUS, iniciar o atendimento em UTI para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, desde que conste no Plano de Contingência Macrorregional de enfrentamento da COVID-19.

Essas orientações se aplicam a novos leitos de UTI, que já estejam preparados com todos os recursos necessários para seu pronto funcionamento (recursos humanos e equipamentos), desde que observado o seguinte fluxo:

1. O estabelecimento comunica para a SMS a existência de novos leitos de UTI que já estejam preparados com todos os recursos necessários para seu pronto funcionamento (recursos humanos e equipamentos)
2. O gestor municipal encaminha ofício para o e-mail setorial da Superintendência de Regulação/SUBREG/SES-MG ([sr.subreg@saude.mg.gov.br](mailto:sr.subreg@saude.mg.gov.br)), solicitando a inclusão no SUSfácilMG, com a identificação do prestador (nome e CNES) que abrirá novos leitos UTI, informando a quantidade e o tipo (adulto ou pediátrico) dos novos leitos UTI que serão disponibilizados para atendimento exclusivo a COVID-19, a data do início de atividade dos mesmos, bem como confirmando que trata-se de novos leitos (que não são leitos já existentes, reclassificados para atendimento a COVID-19) e que já possuem todos os recursos necessários para seu pronto funcionamento (profissionais e equipamentos);
3. A Superintendência de Regulação/SUBREG/SES-MG inclui os novos leitos no SUSfácilMG para pronto início das internações reguladas e comunica a Central de Regulação e a Unidade Regional de Saúde de adscrição.

No caso de Hospitais de Campanha, os municípios deverão providenciar o cadastro do estabelecimento no CNES (novo ou vinculado a outro estabelecimento) e em seguida enviar ofício, assinado pelo gestor municipal, para o e-mail setorial da Superintendência de Regulação/SUBREG/SES-MG ([sr.subreg@saude.mg.gov.br](mailto:sr.subreg@saude.mg.gov.br)), identificando o prestador (nome e CNES), informando a quantidade e o tipo dos leitos UTI que serão disponibilizados para atendimento exclusivo a COVID-19, bem como a data do início de suas atividades, para inclusão no SUSfácilMG e das internações reguladas, conforme item b).

Observação:

- Os leitos clínicos devem ser informados/atualizados no sistema CNES para importação para o SUSfácilMG, mantendo rotina semanal.

- Os cadastros dos leitos no SUSfácilMG se darão excepcionalmente, enquanto da vigência do Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020, pelo qual o Governador do Estado de Minas Gerais reconhece, em território mineiro, SITUAÇÃO EMERGENCIAL em Saúde Pública.

Paralelamente à disponibilização dos leitos à Central de Regulação, o gestor deve encaminhar formalmente o pleito de habilitação junto ao Ministério da Saúde, caso o quantitativo de novos leitos seja, no mínimo, 05 leitos por estabelecimento. Para tanto, seguir as orientações dispostas na Nota Informativa SES/SUBPAS-SRAS nº 1.124/2020 (disponível no processo SEI nº 1320.01.0042243/2020-63).

As instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos também devem participar do Edital nº 001/2020 de credenciamento para a contratação excepcional de leitos de UTI Adulto e Pediátrico, destinados à prestação de serviços de saúde no contexto de enfrentamento ao Coronavírus – COVID-19, no âmbito do SUS/MG (Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.143/2020 e nº 3.179/2020).

A partir do credenciamento o custeio será realizado, prioritariamente, com fonte estadual. O pagamento será comandado pela Superintendência de Regulação/SUBREG, após confirmação da internação e da alta hospitalar registradas por meio do SUSfácilMG e emissão de nota fiscal ou documento análogo.

Havendo habilitação do leito pelo Ministério da Saúde, o custeio se dará com fonte federal, cessando o pagamento com recurso estadual para aqueles que tiverem sido credenciados pela SES/MG.

### 3 – FATURAMENTO DA PRODUÇÃO DE LEITOS DE UTI CREDENCIADOS PELA SES/MG, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG 3.143, DE 03 DE ABRIL DE 2020

A apuração dos serviços contratados será feita por meio dos registros de solicitações de internação reguladas pelo Sistema SUSfácilMG, cujas internações tenham sido realizadas nos leitos temporários de UTI adulto ou pediátrico ofertados, conforme as seguintes condições:

- Somente serão considerados os atendimentos realizados em utilização dos Leitos Temporários de UTI (adulto/pediátrico) contratados por meio do instrumento contratual formalizado através do Edital de credenciamento;
- O cálculo da quantidade de diárias realizadas irá considerar o interregno entre o 1º dia de confirmação de internação hospitalar em leito UTI e o dia da alta do leito de UTI, devidamente registrados no sistema SUSfácilMG;

Serão alvo da apuração apenas os atendimentos registrados com os códigos específicos da Classificação Internacional de Doenças (Lista CID-10), sendo eles:

CID-10	Descrição
B972	CORONAVIRUS COMO CAUSA DE DOENCAS CLASSIFICADAS EM OUTROS CAPITULOS
U071	INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (2019-NCOV)
B342	INFECCAO POR CORONAVIRUS NAO ESPECIFICADA

Para o cômputo dos serviços contratados não serão contabilizados quaisquer atendimentos realizados em data anterior à publicação do instrumento contratual.

Para fins de faturamento, as apurações dos serviços prestados serão realizadas, periodicamente, em intervalos de 15 dias, cuja contabilização agrupará os atendimentos gerados no mês de competência, conforme tabela a seguir:

Sequência	Período de Dias	Divulgação do Resultado do Faturamento
1º Período de Faturamento	de atendimentos concluídos entre os dias 1º e 15 do mês de competência	até o último dia do mesmo mês de competência
2º Período de Faturamento	de atendimentos concluídos entre os dias 16 e o último dia do mês de competência.	até o 15º dia do mês de competência seguinte

Os atendimentos de internação hospitalar serão considerados concluídos, para fins de faturamento, nos casos em que tiverem registro de alta hospitalar, sendo contabilizados sempre nos períodos em que se der o referido registro da alta no sistema SUSfácilMG.

Será competência da Superintendência de Regulação/Subsecretaria de Regulação do Acesso a Insumos e Serviços de Saúde da SES/MG os expedientes de apuração e faturamento dos atendimentos realizados, sendo responsável, inclusive, pela divulgação periódica dos resultados de faturamento por prestador de serviço contratado.

Após cada divulgação dos resultados periódicos de atendimentos faturados, o prestador de serviço de saúde deverá apresentar, na sequência, a nota fiscal emitida ou documento análogo, mediante envio para os e-mails [drue.sr@saude.mg.gov.br](mailto:drue.sr@saude.mg.gov.br) e [sr.subreg@saude.mg.gov.br](mailto:sr.subreg@saude.mg.gov.br), para fins de pagamento.

A Superintendência de Regulação/Subsecretaria de Regulação do Acesso a Insumos e Serviços de Saúde da SES/MG se responsabilizará pelo processo de pagamento dos prestadores de serviços contratados, conforme os valores periodicamente apurados, obedecendo a legislação vigente, as regras do instrumento contratual e esta Nota Técnica.

#### Procedimentos complementares referentes ao fluxo de apuração dos serviços prestados:

Será responsabilidade do prestador o envio de ofício, mensalmente, à Superintendência de Regulação/SUBREG, nos emails [drue.sr@saude.mg.gov.br](mailto:drue.sr@saude.mg.gov.br) e [sr.subreg@saude.mg.gov.br](mailto:sr.subreg@saude.mg.gov.br), solicitando apuração dos serviços prestados e informando o período de referência dos mesmos. Juntamente ao referido ofício, deve ser enviada planilha contendo: período de referência, relação nominal dos pacientes, número do laudo SUSfácilMG, data de internação hospitalar e na UTI, data de alta da UTI e alta hospitalar e número de diárias de UTI, com a data do encaminhamento, assinatura e carimbo do Diretor Técnico com a inscrição do Conselho de Classe e do Diretor Administrativo com a inscrição do CPF, conforme modelo abaixo, bem como relatório de faturamento comprobatório dos dados apresentados na planilha:

Prestadores que não possuem leitos clínicos retaguarda para o SUS, devem informar no campo “Data da Alta Hospitalar” a data de transferência do paciente para a unidade SUS.

O prestador deve enviar apenas uma planilha por período de apuração, e deve incluir no 1º período apenas os pacientes que receberam alta hospitalar até o dia 15 do mês de competência. Aqueles que receberam alta hospitalar do dia 16 ao dia 31 do mês de competência deverão ser inseridos na planilha do 2º período de apuração.

Excepcionalmente, os prestadores com contratos formalizados em maio e junho, poderão encaminhar em planilha única mais de um período de apuração visando apresentar todas as internações realizadas e aptas ao faturamento até a data do envio, respeitando o período de faturamento.

A apuração realizada pela Superintendência de Regulação/SUBREG irá considerar, para pagamento, as diárias de UTI referentes a:

PERÍODO DE REFERÊNCIA: ____/____/ ____ a ____/____/ ____				
NOME DO PACIENTE	Nº SUSfácilMG	Nº DA AIH	DATA INTERNAÇÃO HOSPITALAR	DA LI
Data				
Assinatura do Diretor Técnico				
Inscrição do Conselho de Classe				
Carimbo				
Assinatura do Diretor Administrativo				
CPF				
Carimbo				

Internações inicialmente realizadas em leito temporário de UTI, após publicação do contrato, registradas no SUSfácilMG, com CID relacionado a COVID-19 (CID listados acima)

- Internações inicialmente realizadas em leito clínico mas que, em consequência de agravamento da condição de saúde, o paciente teve necessidade de internação em UTI durante a hospitalização, desde que a mudança interna de leito tenha sido registrada em operação própria no SUSfácilMG (na funcionalidade "Alocar Leito Complementar"), e tenha sido devidamente sinalizada e justificada no ofício enviado, para verificação da SES/MG.
- Internações em leito temporário de UTI que iniciaram em data anterior à publicação do contrato, mas que perduraram para além da sua publicação. Nesse caso o prestador fará jus apenas às diárias de UTI referentes ao período posterior à publicação do contrato.
- Internações em leito temporário de UTI que iniciaram com CID não relacionado a COVID mas que tiveram o CID alterado, desde que a mudança tenha sido registrada em pendência do laudo e tenha sido devidamente sinalizada e justificada no ofício enviado, para verificação da SES/MG.

Se a data da alta da UTI for coincidente à data da alta hospitalar, o dia da saída do paciente da UTI será computado somente se esta ocorrer no mesmo dia da internação ou no caso de transferência para outro serviço, óbito ou encerramento administrativo.

Caso o prestador contratado pela SES/MG tenha seus leitos habilitados pelo Ministério da Saúde, ele fará jus às diárias de UTI até a data de publicação da portaria de habilitação. Caso a quantidade de leitos habilitados seja inferior à quantidade de leitos contratados, apurar-se-á apenas as diárias de UTI referentes ao total de leitos não habilitados.

Após o encerramento do contrato, a Superintendência de Regulação/SUBREG encaminhará o processo SEI à Diretoria de Contratos/Superintendência de Contratualização e Programação/SUBREG para arquivamento.

#### 4 – REGISTRO E FATURAMENTO DA PRODUÇÃO DOS LEITOS UTI HABILITADOS PELO MS, NOS TERMOS DA PORTARIA MS/GM Nº 568/2020

Considerando a importância do registro dos atendimentos, o processamento no SIHD deve ser realizado mesmo antes da habilitação do Ministério da Saúde, independentemente da rejeição das contas por falta de habilitação para fins de série histórica e acompanhamento epidemiológico da pandemia no Estado.

### Fluxo para solicitação e liberação de AIH

- A AIH para faturamento das diárias de UTI será liberada conforme fluxo de rotina (via SUSfácilMG ou manual, nos casos que couber):

Os códigos a serem utilizados estão estabelecidos na Portaria nº 237, de 18 de março de 2020 (\*):

- 08.02.01.029-6 - DIÁRIA DE UTI II - ADULTO COVID19
- 08.02.01.030-0 - DIÁRIA DE UTI II - PEDIÁTRICA COVID19

O lançamento da produção deverá ser realizado no SISAIH01, conforme normas e prazos do DATASUS/MS pelo estabelecimento de saúde habilitado.

O gestor é responsável por realizar o processamento SIHD conforme rotina e exportar a base do arquivo para aprovação do DATASUS.

Cabe destacar que a partir da publicação da Portaria nº 1.521, de 15 de junho de 2020, poderão ser habilitados os leitos de UTI abertos em hospitais de campanha em data anterior à edição da referida norma. Para os cadastros posteriores, nos casos que couber, será possível a habilitação de leitos de suporte ventilatório pulmonar.

**5 – REGISTRO E FATURAMENTO DA PRODUÇÃO DE LEITOS CLÍNICOS, A PARTIR DO PROCEDIMENTO 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS - COVID 19, NOS TERMOS DA PORTARIA MS/SAS Nº 245/20**

O código de procedimento 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS - COVID 19 foi criado pela [Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de março de 2020](#) (\*).

Esse procedimento compreende as ações necessárias para o tratamento clínico do paciente internado com diagnóstico de COVID-19. O único CID compatível com este procedimento é o “B342 - Infecção por coronavírus de localização não especificada”.

Entre os principais atributos exigidos para cobrança desse código pelo Ministério da Saúde, estão:

- ser estabelecimento de saúde cadastrado no CNES, que realize internação hospitalar disponível para o SUS, independente de ser unidade hospitalar permanente ou unidade hospitalar temporária (Hospitais de Campanha) ou unidade ambulatorial (UPA, Unidade Mista, entre outros) destinada temporariamente para atendimento da pandemia;
- ter leitos SUS clínico ou pediátrico (correspondentes, respectivamente, aos leitos tipo “02 Clínicos” e tipo “05 Pediátricos” no cadastro do CNES), devendo ser a AIH registrada com as especialidades do leito “03 - clínico” ou “07 - pediátrico” nesses casos; ou
- ter apenas o leito de UTI COVID SUS habilitado (sem outros tipos de leitos disponíveis para o SUS), devendo a AIH ser registrada com especialidade do leito “17 - Estabelecimento Exclusivo UTI SUS”.

**Observação:** Neste caso é obrigatório, também, o registro, na mesma AIH, do procedimento Diária de UTI II COVID adulto ou pediátrico (08.02.01.029-6 ou 08.02.01.030-0, respectivamente), já que nesta circunstância o paciente ocupou obrigatoriamente um leito de UTI COVID SUS.

Além destes critérios, conforme orientado na NOTA INFORMATIVA SES/SUBPAS-SRAS 1124/2020, de 09 de abril de 2020, no estado de Minas Gerais o código do referido procedimento deverá ser utilizado exclusivamente nos hospitais que constem nos Planos de Contingência Macrorregional como referência para internações clínicas em decorrência da COVID-19. Como o SIHD não irá realizar essa crítica, é importante que o barramento das cobranças nos demais estabelecimentos seja realizado pelo autorizador municipal.

O faturamento das AIH com o novo código deverá ser realizado como de rotina no SISAII-01. Além dos códigos de diárias de UTI COVID-19, esse procedimento é compatível com os demais códigos de diárias de UTI. Também devem ser registrados todos os procedimentos especiais e secundários constantes na Tabela de Procedimentos do SUS realizados usualmente durante a internação.

As internações clínicas de COVID-19 estão sujeitas às críticas e rejeições de rotina do SIHD cabendo ao autorizador municipal avaliar as glosas e proceder a liberação nos casos que julgar pertinente.

**Importante:** Conforme Portaria nº 245/2020, art. 5º, as internações clínicas COVID irão onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Ademais, consta na NOTA INFORMATIVA Nº 190/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS, que no âmbito da atenção especializada, os recursos da Portaria GM/MS 774, de 9 de abril de 2020, poderão ser direcionados para a prestação de serviços no código de procedimento 03.03.01.022-3 – Tratamento de infecção pelo novo Coronavírus definido na Portaria GM/MS 245 de março de 2020. Ainda, conforme previsto na Portaria nº 1.666/2020, art. 3º, os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, podendo ser aplicado no custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus - COVID 19, previsto na Portaria nº 245/SAES/MS, de 24 de março de 2020.

Os leitos clínicos destinados para atendimento de COVID-19, embora não inseridos com nomenclatura diferenciada no SUSfácilMG, são consultados pelas Centrais de Regulação por meio dos Planos de Contingência Macrorregional -Grade Hospitalar para a garantia do acesso.

**6 – REGISTRO E FATURAMENTO DA PRODUÇÃO DE LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR, NOS TERMOS DA PORTARIA MS/SAS Nº 510/20**

A Portaria nº 1.521/2020 criou na Tabela SUS a habilitação de leitos de suporte ventilatório pulmonar, sob o código/procedimento 08.02.01.031-8 - DIÁRIA DE LEITO DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR. Segundo a normativa, a referida habilitação também é de caráter temporário, vigorando por 30 dias prorrogáveis por igual período.

Esta habilitação poderá ser pleiteada pelos hospitais de campanha e hospitais de referência para atendimento da COVID-19, devendo a solicitação de habilitação partir do gestor considerando o regramento estabelecido pela Portaria nº 1.521/2020. A SUBPAS-SRAS publicará nota específica para tratar da habilitação destes leitos.

O cadastro dos leitos de suporte ventilatório no CNES deve seguir o mesmo fluxo previsto no item sobre o cadastro dos leitos de UTI. O custeio será transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, após a publicação, em parcela única, no valor correspondente a 30 (trinta) dias. O valor da diária será de R\$ 478,72.

O registro no SIHD somente será aprovado após a habilitação, sendo facultado aos estabelecimentos seu lançamento antes da mesma, para fins de composição de série histórica.

Os leitos de suporte ventilatório serão acompanhados pelas Centrais de Regulação por meio dos Planos de Contingência Macrorregional -Grade Hospitalar e estarão disponíveis no SUSfácilMG após habilitação.

**7 – SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DOS CÓDIGOS COVID-19 NO SUSFÁCILMG**

Para os casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, a solicitação de internação no SUSfácilMG se dá a partir do código de internação clínica. Quando necessário, o solicitante informa sobre a necessidade de LEITO COMPLEMENTAR, e a alocação do leito será realizada pela Central de Regulação Macrorregional e confirmada pelo estabelecimento executor da internação. Os códigos criados para cobrança das diárias de UTI COVID-19 somente devem ser lançados no SISAII-01, nos casos que couber.

Caso a mudança de procedimento seja necessária após a autorização no SUSfácilMG, devem ser seguidas as orientações contidas no Manual do SIHD (versão janeiro de 2017, disponível em [http://sihd.datasus.gov.br/documentos/documentos\\_sihd2.php](http://sihd.datasus.gov.br/documentos/documentos_sihd2.php)):

"Durante a internação, a hipótese diagnóstica inicial pode não ser confirmada ou pode surgir uma condição clínica superveniente, ou ainda, ser identificada outra patologia de maior gravidade, complexidade ou intercorrência que implique na necessidade de mudança de procedimento.

Nestes casos, o procedimento solicitado e autorizado precisa ser modificado, então deve ser preenchido o Laudo para Solicitação/Autorização de Procedimentos Especiais e/ou Mudança de Procedimento. É necessária autorização do Diretor Geral ou Diretor Clínico ou outro profissional designado como autorizador nos estabelecimentos públicos e, do gestor na rede complementar.

O modelo de Laudo Para Solicitação/Autorização de Procedimentos Especiais e/ou Mudança de Procedimento está disponível no sítio: <http://sihd.datasus.gov.br>, mas o gestor tem autonomia para usar outro qualquer, desde que contemple os dados para o SISAII01" (pag.18).

**8 – MODALIDADES DE CUSTEIO E FINANCIAMENTO DOS LEITOS DE UTI COVID-19.**

- Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.143, de 03 de abril de 2020 e Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.179, de 03 de julho de 2020:

A norma aprova o Edital para credenciamento excepcional de Leitos de UTI Adulto e Pediátrico, no âmbito do SUS/MG, destinados à prestação de serviços de saúde no contexto do enfrentamento à COVID-19, com o valor unitário de R\$ 1.600,00/diária, custeados através de recursos do Tesouro Estadual. Os pagamentos serão realizados a cada prestador credenciado, conforme regras do edital e o detalhamento descrito no item 3 desta Nota.

- Portarias Ministeriais relativas à habilitação de leitos UTI COVID-19 (adulto e pediátrico), vinculadas à Portaria nº 414/2020 e Portaria nº 568/2020

Os recursos para custeio serão transferidos do FNS aos Fundos de Saúde dos gestores, em parcela única, para custeio de 100% de ocupação dos novos leitos pelo prazo de 90 dias, à medida em que as habilitações são publicadas pelo Ministério da Saúde.

Os prestadores da gestão estadual receberão os valores da habilitação ministerial conforme formalização de instrumento contratual formalizado junto à SES/MG, em que os serviços serão remunerados conforme produção aprovada no SIHD. Caberá ao município com gestão de seus prestadores estabelecer os mecanismos de contratualização e repasse junto aos hospitais habilitados em seu território.

- Recursos da Portaria nº 395/2020:

Esta publicação estabeleceu recurso de custeio para fortalecimento dos serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS para responder à situação emergencial, transferindo ao FES o montante de R\$ 42.902.712,00.

A proposta de distribuição da SES/MG é o repasse a título de incentivo para os prestadores que disponibilizaram novos leitos de UTI (adulto ou pediátrico) para atendimento de pacientes COVID-19 no Sistema Estadual de Regulação (SUSfácilMG), nas competências de abril, maio e junho de 2020, conforme consta na Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.186, de 17 de julho de 2020 e Resolução SES/MG nº 7.160, de 17 de julho de 2020.

Ante o exposto, informamos que a presente Nota Técnica substitui a Nota Técnica nº 3/SES/SUBREG-SR-DRUE/2020 - Fluxo de cadastramento de novos leitos de terapia intensiva para o enfrentamento da pandemia do COVID-19.

Marcela Augusta Teixeira

Diretoria de Processamento e Monitoramento dos Recursos de Média e Alta Complexidade

Gustavo Dias da Costa Martins

Superintendência de Contratualização e Programação

Maria Regina Dias de Bastos

Diretoria de Regulação de Urgência e Emergência

Daniela de Cássia Domingues

Superintendência de Regulação

Juliana Ávila Teixeira

Subsecretaria de Regulação do Acesso a Serviços e Insumos de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ávila Teixeira, Subsecretário(a)**, em 21/07/2020, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Dias da Costa Martins, Superintendente**, em 21/07/2020, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Dias de Bastos, Diretor(a)**, em 21/07/2020, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela de Cássia Domingues, Superintendente**, em 21/07/2020, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Augusta Teixeira, Diretor(a)**, em 22/07/2020, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **17271148** e o código CRC **08CC725F**.